

Ofício nº 425/2012/SRE-ANA

Documento nº 00000.013270/2012-22

Brasília, 18 de maio de 2012.

À Sua Senhoria o Senhor
EDUARDO DE MELO PINTO
Diretor-Presidente
Santo Antônio Energia S.A.
Avenida das Nações Unidas, nº 4777 - Ed. Villa Lobos – 6º andar – Sala 1, Alto Pinheiros
05477-000 – São Paulo/SP

Assunto: Resolução ANA nº 167/2012 - Alteração da Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos da UHE Santo Antônio – rio Madeira

Referência: Processo nº 02501.000048/2006-04

Senhor Diretor-Presidente,

1. Informo que a Diretoria Colegiada da ANA deliberou pelo deferimento do pedido de alteração dos art. 1º e 5º da Resolução ANA nº 465/2008, de 11 de agosto de 2008, referente à outorga de direito de uso de recursos hídricos da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, formulado por essa empresa.
2. As alterações promovidas na Outorga, aprovadas por esta Agência, constam da Resolução ANA nº 167, de 14 de maio de 2012 e revogam, em todos os seus efeitos, a Resolução ANA nº 92/2012.
3. Na oportunidade, encaminho cópia da Nota Técnica nº 69/2012/GEREG/SRE-ANA, da Resolução ANA nº 167/2012 e da respectiva publicação no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,



FRANCISCO LOPES VIANA
Superintendente de Regulação

Nota Técnica nº 69/2012/GEREG/SRE-ANA

Documento nº: 00000.012128/2012

Em 02 de maio de 2012

Ao Senhor Superintendente de Regulação

Assunto: Pedido de alteração de outorga da UHE Santo Antônio – rio Madeira

Referência: Processo 02501.000048/2006-04

1. Trata-se do pedido, formulado pela empresa Santo Antônio Energia S.A., para alteração da outorga de direito de uso de recursos hídricos da qual é detentora, para o aproveitamento hidrelétrico (AHE) Santo Antônio, no rio Madeira, em Porto Velho (RO), emitida por meio da Resolução ANA nº 465, de 11 de agosto de 2008, e posteriormente alterada, a pedido do outorgado, por meio da Resolução ANA 92, de 09 de abril de 2012.
2. A Santo Antônio Energia - SAE, em 20 de abril de 2012, solicitou por meio do documento 10642/2012 alteração na Res ANA 92/2012. A solicitação se referiu ao NA mínimo operativo, que foi definido como 68,5m na Resolução ANA 92/2012 (Artigo 1º) e foi solicitada pela SAE sua elevação para 70,5m. Para compensar as interferências desta proposta de elevação do NA mínimo nas áreas urbanas e infraestrutura a montante, a SAE também propôs a elevação do NA de proteção da localidade de Jaci-Paraná para 75,0 m e a redução do NA mínimo operativo para 70,4m em vazões acima de 48.000 m³/s para manter a folga de 30cm entre a passagem da cheia de 100 anos e a ponte sobre a BR 364.
3. Posteriormente, em 27 de abril de 2012, a SAE encaminhou à ANA, por meio do doc. 11470/2012 nova solicitação de alteração da Res ANA 92/2012, em substituição à solicitação de alteração de outorga formulada em 20 de abril. Nesta nova solicitação de alteração da Res ANA 92/2012, a SAE informa que realizou novo levantamento topográfico na ponte sobre a BR 364, encontrando um nível da face inferior da ponte 7cm maior que o anteriormente utilizado nos estudos. Com isso, a SAE informa que fica mantida a borda livre de 30cm para a passagem da cheia de 100 anos sob a ponte, sem a necessidade da redução de NA para 70,4m, como havia sido proposto no documento de 20 de abril de 2012.
4. Os valores de cota inferior da ponte informados pela SAE no Projeto Básico consolidado, no documento encaminhado em 27/04/2012 e os valores encontrados pela SRE na campanha realizada em fevereiro de 2012 e descritos na NT 48/2012/GEREG/SRE-ANA são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – cota inferior da ponte sobre a BR 364

fonte	Cota inferior	Borda livre Q TR 100 anos ¹	RN utilizado
Projeto Básico consolidado	75,45	26 cm	767P
Doc 11470/2012 (SAE)	75,52	33 cm	767P
Levantamento ANA	75,25	06 cm	CPRM Porto Velho

¹Borda livre em relação à proposta de alteração da outorga formulada em 27/04/2012

5. Em relação às diferenças encontradas entre os levantamentos da SAE e da ANA, verifica-se uma diferença entre os referenciais de nível (RN) utilizados. A equipe da GEREG não tem condições de inferir a causa das diferenças encontradas. Apenas pode-se afirmar que o RN 767P fica mais próximo da ponte da BR 364 do que o marco do IBGE situado na sede da CPRM em Porto Velho.

6. Quanto à diferença encontrada entre os dois levantamentos da cota inferior da ponte sobre a BR 364 realizados pela SAE e referenciados ao mesmo RN 767P, esta deve-se, segundo a SAE, "*às dificuldades então existentes de locomoção no local, precisões de equipamentos, etc*". Sobre estas diferenças, não há análise técnica a ser realizada, uma vez que tratam-se de informações de dois levantamentos de campo diferentes realizados pela própria SAE e que resultaram em valores distintos. Para poder aferir estes resultados, somente com um novo levantamento de campo. Neste sentido, entende-se que a SAE é inteiramente responsável pela veracidade das informações prestadas à ANA, as quais foram subscritas por dois engenheiros conforme se verifica no documento 11470/2012.

7. Isto posto, admitindo o último levantamento da cota inferior da ponte realizado pela SAE como o mais acurado (doc. 11470/2012), o vão livre entre a face inferior da ponte e o nível do reservatório quando da passagem da cheia de 100 anos fica superior a 30cm quando o NA está em 70,5m junto à barragem, o que embasa a solicitação da SAE de retirar a sua própria proposta de rebaixamento do NA até 70,4m, mantida a prévia anuência manifestada pelo DNIT quanto à desnecessidade de alteamento da ponte para um vão livre de 30cm.

8. Quanto à proteção da localidade de Jaci-Paraná, verificou-se que a proposta de elevação do NA min de 68,5m para 70,5m acompanhada de um aumento da cota de proteção/relocação da cidade de Jaci de 74,5m para 75,0m mantém a cidade de Jaci protegida para cheias até TR 50 anos.

9. Por fim, cabe ressaltar uma alteração na regra operativa que a ANA propôs para cumprir o deplecionamento necessário para proteção de montante, sem desrespeitar as restrições estabelecidas a jusante. Na NT 48/2012 GEREG/SRB, estimou-se que, para deplecionar o reservatório da cota 71,3m até a cota 68,5m antes da vazão atingir a cheia média anual (38.550 m³/s), sem desrespeitar a taxa de defluência de 1.919 m³/s/dia, o deplecionamento deveria ser iniciado em vazões da ordem de 34.000 m³/s.

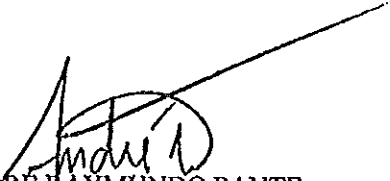
10. Em vista da nova regra operativa proposta pela SAE, que prevê o deplecionamento apenas até a cota 70,5m, um volume menor deverá ser liberado, de forma que o início do deplecionamento poderá se dar em vazões mais altas do que anteriormente estimado, mantidas as demais restrições. De forma similar ao procedimento apresentado na NT 48/2012, estimou-se que o deplecionamento deve iniciar em vazões em torno de 36.200 m³/s.



11. Da mesma forma como na análise da regra operativa anterior, sugere-se que esta vazão de início de deplecionamento não seja explicitada na resolução de outorga, uma vez que esta pode ser aperfeiçoada, por exemplo, através de previsão de vazões. Sugere-se apenas o envio desta NT à ANEEL, para incorporação da regra operativa ora posta nos cálculos energéticos e demais atividades em sua esfera de atribuição.

12. Assim, ressaltadas as limitações na análise destacadas no Item 6, não há óbice ao pedido de alteração de outorga formulado pela SAB. Segue minuta de resolução com as alterações solicitadas pela SAB.

A consideração superior,


ANDRÉ RAYMUNDO PANTE
Especialista em Recursos Hídricos


BRUNO COLLISCHONN
Especialista em Recursos Hídricos

De acordo.


FRANCISCO LOPES VIANA
Superintendente de Regulação